PANORAMA EUA

VOL. 17, Nº 5, MAIO 2026

Think tanks *dos EUA e fabricação do consenso sobre infraestrutura chinesa na AL*

OPEU
OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS

INCT INEU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR STUDIES ON THE UNITED STATES

http://www.opeu.org.br/

PANORAMA EUA
OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2317-7977

VOL. 17, Nº 5, MAIO 2026

CORPO EDITORIAL

DIRETOR: Sebastião Velasco e Cruz

EDITORA: Tatiana Teixeira

www.opeu.org.br

Think tanks dos EUA e fabricação do consenso sobre infraestrutura chinesa na AL

Por Tamara Lajtman, Cristian Lorenzo, Silvina Romano e Fernando Estenssoro[1]

Desde meados da década de 2000, os Estados Unidos identificam a China como um ator que desafia a ordem internacional liderada por Washington desde 1945. Na América Latina e no Caribe (ALC), esse processo pode ser entendido como a atualização de uma lógica que, sob a construção de diferentes "ameaças", tem buscado preservar a primazia estadunidense na região: do anticomunismo durante a Guerra Fria, ao terrorismo e ao narcotráfico no Pós-Guerra Fria e, atualmente, à competição com "atores extrarregionais", em particular com a China. Esse enquadramento se traduziu em uma narrativa específica: a presença chinesa em portos de águas profundas, estações espaciais e satelitais, e redes de telecomunicações como uma ameaça militar.

Este *Panorama EUA* apresenta uma síntese dos principais resultados de dois artigos que analisam como esse relato é construído, sustentado e projetado entre 2021 e 2025, com antecedentes que remontam a 2010. O argumento central é que a narrativa do "uso duplo" da infraestrutura chinesa — segundo a qual instalações financiadas, construídas ou operadas por empresas chinesas poderiam ser adaptadas a fins militares — não se refere a fatos comprovados. Ela opera como uma ameaça performativa. Essa narrativa oferece uma hipótese antecipatória que, repetida sistematicamente por *think tanks* especializados, converte-se em premissa de política externa e na justificativa para o aumento de orçamentos militares, além de intervenção diplomática e militar na região.

O argumento não é novo. O governo Ronald Reagan (1981-1989) já havia recorrido a uma lógica semelhante para justificar a invasão a Granada em 1983, insinuando que obras de infraestrutura civil faziam parte de uma trama militar soviético-cubana. O que distingue o período recente é a escala, a sistematicidade e a densidade institucional com que esse relato se produz e circula, em um contexto de declínio da hegemonia estadunidense e de reconfiguração multipolar da ordem mundial.

Fabricação de consenso e geopolítica crítica

A análise se apoia em duas tradições teóricas complementares. A primeira é o conceito de "fabricação de consenso" (*manufacturing consent*), desenvolvido por Noam Chomsky e Edward Herman (Pantheon Books, 1988), com base em uma perspectiva de economia política crítica da comunicação. Esse conceito descreve uma dinâmica que legitima e reproduz, em termos materiais e ideológicos, uma rede de poder integrada por instituições,

[1] **Tamara Lajtman** é pesquisadora associada do INCT-INEU, pesquisadora do Instituto de Estudos sobre América Latina e o Caribe da Universidade de Buenos Aires (IEALC/UBA) e cocoordenadora do GT de Geopolítica, Integração Regional e Sistema Mundial do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Contato: tamara.lajtman@gmail.com; **Cristian Lorenzo** é pesquisador Adjunto do Centro Austral de Investigações Científicas (CADIC) do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Contato: clorenzo@conicet.gov.ar; **Silvina Romano** é pesquisadora adjunta do CONICET no IEALC/UBA e coordenadora do Observatorio Lawfare. Contato: silvinamceleste@gmail.com; **Fernando Estenssoro** é professor e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Santiago do Chile (USACH). Contato: fernando.estenssoro@usach.cl.

organismos e personalidades públicas e privadas vinculadas, direta ou indiretamente, à tomada de decisões no âmbito do Complexo Industrial Militar (CIM). Essa rede inclui organismos de governo, universidades, *think tanks* e corporações de defesa, articulados por meio do mecanismo da "porta giratória" (*revolving door*) e de fluxos de financiamento cruzados. Os *think tanks* operam como intermediários entre as elites políticas e a opinião pública: produzem marcos interpretativos que apresentam determinadas visões de mundo como inevitáveis ou inquestionáveis, e projetam essas narrativas para os meios de comunicação concentrados, contribuindo assim para "estruturar o viés" informativo.

A segunda tradição é a geopolítica crítica, em particular a noção de "intelectuais de Estado" (*intellectuals of statecraft*) proposta por Gearóid Ó Tuathail e John Agnew, no artigo no artigo "Geopolitics and discourse: practical geopolitical reasoning in American foreign policy", publicado em 1992. Nele, evidencia-se como especialistas, assessores e analistas que, a partir do Estado ou de instituições afins (como os *think tanks*), criam marcos interpretativos da ordem internacional. Esses atores "espacializam" a política mundial, representando-a por meio de categorias que cumprem a função de antecipar o que deve preocupar, o que constitui um risco e o que exige intervenção. Nessa perspectiva, os discursos geopolíticos não são neutros nem meramente descritivos: são construções situadas que expressam relações de poder e que resultam performativas, na medida em que moldam percepções de ameaça, orientam prioridades estratégicas e legitimam respostas de política externa.

A articulação de ambas as abordagens permite distinguir três dimensões analíticas inter-relacionadas, que também organizam o *corpus* empírico desta pesquisa: uma geopolítica prática, vinculada às estratégias e declarações dos decisores estatais, neste caso, principalmente o Comando Sul dos Estados Unidos; uma geopolítica formal, associada aos marcos interpretativos produzidos por universidades, centros de pesquisa e *think tanks*; e uma geopolítica popular, que remete à difusão e à naturalização dessas narrativas por meio dos meios de comunicação concentrados, tanto internacionais quanto regionais e locais. Essas três dimensões não funcionam de maneira isolada, mas se articulam por meio de mecanismos de circulação e retroalimentação.

A partir dessa síntese conceitual, propomos a noção de "suspeita estratégica" para caracterizar a representação da China que se depreende dessa trama: uma suspeita que não requer evidência conclusiva para produzir efeitos políticos concretos; que converte hipóteses antecipatórias — o que a China "poderia" fazer com determinada infraestrutura — em premissas legítimas e acionáveis de política externa.

Uma breve nota metodológica

Os dois trabalhos aqui sintetizados combinam uma abordagem qualitativa dedutiva e indutiva, sustentada em análise de conteúdo e triangulação de fontes. O *corpus* empírico inclui documentos oficiais do Comando Sul e do Congresso dos Estados Unidos (audiências, depoimentos e *posture statements* anuais); relatórios extensos e *policy briefs* publicados pelo Council on Foreign Relations (CFR), pela RAND Corporation, pelo Atlantic Council, pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS) e pela Americas Society/Council of the Americas (AS/COA); livros e artigos de análise estratégica; e coberturas midiáticas internacionais e regionais, nas quais intervêm especialistas vinculados a essas instituições.

O período analisado se estende de 2021 — quando o conceito de "uso duplo" é incorporado explicitamente em documentos oficiais do Departamento de Defesa e nos depoimentos do Comando Sul durante a administração Biden — até junho de 2025, com atenção especial aos primeiros meses do segundo mandato de Trump, marcados pelas tensões em torno do Canal do Panamá. Além disso, reconstrói-se a evolução do discurso do Comando Sul desde 2010, para dar conta do processo de securitização progressiva da infraestrutura chinesa na região.

As fontes foram sistematizadas e codificadas tematicamente, o que permitiu mapear uma rede de poder composta por instituições, organismos e personalidades vinculadas, direta ou indiretamente, ao CIM estadunidense, e reconstruir suas conexões institucionais e midiáticas.

A rede de poder: os *think tanks* especializados em defesa

A pesquisa identificou quatro *think tanks* estadunidenses com maior incidência na construção desse consenso: o CFR (fundado em 1921), a RAND Corporation (1948), o Atlantic Council (1961) e o CSIS (1962). A eles se soma, no plano político-empresarial, o AS/COA, fundado por David Rockefeller e historicamente orientado à promoção da agenda neoliberal na região.

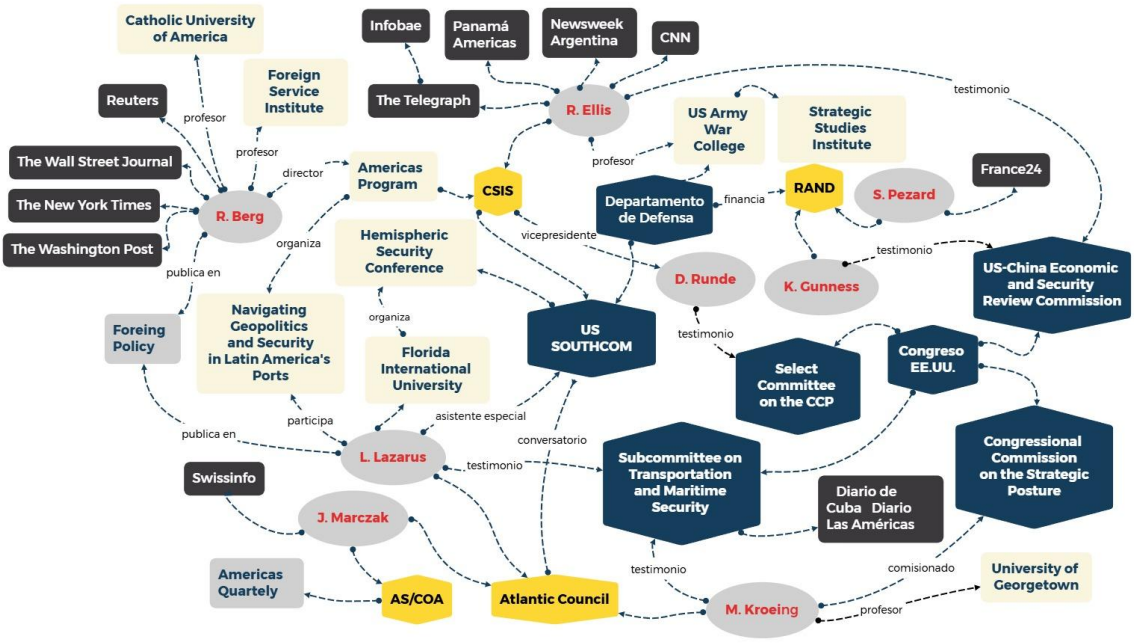
O perfil institucional desses centros mostra vínculos estreitos com o CIM. A RAND Corporation, financiada desde suas origens pelo Departamento de Defesa, é o *think tank* que recebe mais recursos do governo federal estadunidense: entre 2019 e 2023, obteve cerca de US$ 1,422 bilhão de dólares, dos quais aproximadamente US$ 783 milhões vieram diretamente do Departamento de Defesa. O Atlantic Council, por sua vez, é o que recebe maior financiamento de empresas contratadas pelo Pentágono — pouco mais de US$ 10 milhões no mesmo período, sobre um total próximo a US$ 39 milhões —, seguido pelo CSIS, terceiro maior receptor de fundos de contratistas, com US$ 4,1 milhões. O CFR recebe montantes comparativamente menores dessas empresas — um pouco mais de US$ 2 milhões entre 2019 e 2023, provenientes de firmas como McKinsey & Company, Northrop Grumman, Lockheed Martin e Deloitte —, mas integra em seu conselho diretor executivos de peso da indústria de defesa. Seu presidente, David Rubenstein, é cofundador do Carlyle Group, firma de capital privado especializada em defesa, e, entre seus membros figuram diretores da Raytheon, da Leonardo Systems e da Lockheed Martin.

Um traço recorrente é a chamada "porta giratória": funcionários que circulam entre o governo, o aparato de segurança e esses centros de pensamento, o que não implica necessariamente uma instrução direta sobre suas produções, mas assegura uma rede sólida e estável entre o setor público e o privado. John Hamre, presidente do CSIS desde 2000, foi subsecretário de Defesa entre 1994 e 1997 e presidiu a Junta de Política de Defesa sob quatro secretários de Defesa diferentes. Matthew Kroenig, vice-presidente do Atlantic Council, integra a Comissão do Congresso sobre a Postura Estratégica dos Estados Unidos e trabalhou no Departamento de Defesa e na comunidade de Inteligência sob as administrações George W. Bush, Barack Obama e Trump 1.0. Jason Matheny, presidente da RAND desde 2022, dirigiu anteriormente as políticas de tecnologia e segurança nacional no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca.

Essa circulação de pessoal se completa com especialistas que combinam seu papel nos *think tanks* com posições acadêmicas e com assessoria direta às forças armadas. Ryan Berg, diretor do Programa das Américas do CSIS, é professor na Catholic University of America e no US Foreign Service Institute, e depõe habitualmente perante o Senado e a Câmara dos Representantes; Robert Evan Ellis, associado sênior do CSIS, é também professor da US Army War College; Leland Lazarus, vinculado tanto ao Atlantic Council quanto à Florida International University, atuou como assistente especial e redator de discursos da própria comandante do Comando Sul entre 2021 e 2022.

A reconstrução gráfica dessa rede permite visualizar como um número relativamente reduzido de pessoas e instituições concentra a produção e a circulação do relato do "uso duplo" ao longo de todo o período analisado.

Figura 1. Rede de poder em torno da narrativa do "uso duplo" da infraestrutura chinesa na ALC



Fonte: Lajtman e Romano (2026).

O "uso duplo" na infraestrutura portuária

O consenso sobre o "uso duplo" se desdobra em dois âmbitos concretos: a infraestrutura portuária e as estações espaciais e satelitais. No primeiro caso, a premissa compartilhada pelos *think tanks* analisados é que os portos comerciais da região poderiam, chegado o momento, apoiar operações militares do Exército Popular de Libertação (EPL), restringindo o acesso naval estadunidense ou facilitando o reabastecimento e a logística de navios chineses. Já em 2021, perante a US-China Economic and Security Review Commission, um pesquisador do CSIS advertiu sobre "várias dezenas de acordos" firmados pela China para construir ou ampliar portos de águas profundas com potencial

uso militar na região, mencionando especificamente os portos de Paranaguá (Brasil), Buenos Aires (Argentina), La Brea (Trinidad e Tobago) e Santiago de Cuba no Atlântico, e os do Canal do Panamá, Chancay (Peru) e Punta Arenas (Chile) no Pacífico.

O CSIS aprofundou esse diagnóstico, identificando 37 projetos portuários com participação chinesa na ALC, sobre os quais elaborou uma avaliação de risco relativo para a segurança nacional estadunidense, considerando duas variáveis: o grau de dependência dos Estados Unidos em relação a cada porto e a capacidade chinesa de obter vantagens operacionais durante uma eventual crise ou conflito armado. O porto de Kingston (Jamaica), operado por uma empresa estatal chinesa e localizado a apenas 274 quilômetros da base naval estadunidense da baía de Guantánamo, foi classificado como o de maior risco relativo.

O CFR, por sua vez, em seu relatório "Tracking China's Control of Overseas Ports", identificou nove portos da região com "potencial físico para uso naval" — ou seja, com atracadouros suficientemente profundos para receber navios militares —, entre eles Kingston, Paranaguá e Chancay (este último, apontado de forma recorrente pelo CSIS como o caso mais emblemático dos riscos estratégicos associados ao investimento portuário chinês na região), além de outros seis portos classificados com "potencial militar" no México, em Honduras, no Panamá, no Equador e no Chile.

Dentro desse eixo, o *corpus* analisado permite distinguir três variantes narrativas que se repetem e se reforçam mutuamente. A primeira é o potencial de atracação de navios militares. Em fevereiro de 2025, perante o Subcomitê de Transporte e Assuntos Marítimos da Câmara dos Representantes, o vice-presidente do Atlantic Council advertiu que, em caso de crise ou guerra, a China poderia obstruir a passagem de navios de guerra estadunidenses e utilizar portos de águas profundas para abrigar unidades da Marinha do EPL. A segunda variante é a capacidade de espionagem. Aponta-se que a propriedade ou a operação de portos por empresas como a COSCO ou a China Merchants Port Holdings concederia acesso detalhado a manifestos de carga e registros de inspeção, e se relaciona especificamente o equipamento portuário de origem chinesa — guindastes da Shanghai Zhenhua Heavy Industry, scanners da Nuctech e câmeras de segurança da Huawei — como potenciais vetores de coleta de dados sensíveis. Destaca-se o caso do Panamá, onde foram instaladas 300 câmeras dessa última empresa em um dos portos mais estratégicos do hemisfério. A terceira variante é o risco de sabotagem de rotas comerciais. Desde 2021, o Canal do Panamá é identificado como um dos alvos mais vulneráveis, na medida em que uma interrupção temporária dificultaria o deslocamento de ativos militares entre o Atlântico e o Pacífico. O mesmo argumento se estende ao Estreito de Magalhães, ao Canal Beagle e aos portos de Chancay e Manzanillo.

É significativo que, mesmo a partir desses próprios *think tanks*, se reconheça que a China não possui forças militares permanentes na região, e que um uso militar manifesto dessa infraestrutura civil em um cenário de conflito seria, nas palavras de seus próprios relatórios, "arriscado e pouco provável". A narrativa se sustenta, então, sobre um potencial não verificado — uma possibilidade futura — mais do que sobre fatos consumados ou evidência direta de militarização.

Estações espaciais e satelitais

O segundo âmbito-chave do consenso sobre o "uso duplo" é o espacial. Operada pela China na província de Neuquén (Argentina) desde 2017, a estação Espacio Lejano é apresentada, de maneira reiterada, como o caso paradigmático de instalação com fins oficialmente científicos que abrigaria, no entanto, um potencial de uso duplo como ferramenta de espionagem. A preocupação se articula em duas dimensões. A primeira é o controle limitado e a ameaça à soberania. Relatórios do CSIS e da RAND destacam que o convênio bilateral firmado em 2012 entre Argentina e China impede o Estado argentino de interferir ou inspecionar as atividades desenvolvidas na estação, o que habilitaria funções militares encobertas. Esse discurso chega a projetar a estação como uma espécie de "porção soberana do território chinês na Patagônia", fora do alcance da inspeção local.

A segunda dimensão vincula essas estações à arquitetura militar global da China, em particular ao sistema C5ISRT (comando, controle, computação, comunicações, cibernética, inteligência, vigilância, reconhecimento e focalização) do EPL. Segundo essa leitura, a infraestrutura técnica de Espacio Lejano — antenas compatíveis com sistemas de alerta antecipado e interceptação aerotransportada — poderia eventualmente ser utilizada para operações contraespaciais, para o guiamento de mísseis hipersônicos ou para a implantação de capacidades antissatélite, em um contexto de ausência de defesas hipersônicas próprias no sul dos Estados Unidos. Preocupações equivalentes se estenderam a outras estações terrestres da região: a estação El Sombrero, na Venezuela; a estação de Santiago, no Chile (antes vinculada à Swedish Space Corporation); e, mais recentemente, a um projeto de observatório astronômico conjunto entre o Observatório Astronômico Nacional da China e uma universidade chilena no deserto do Atacama, cujo desenvolvimento foi paralisado pelo governo chileno em abril de 2025, após pressões diplomáticas dos Estados Unidos.

Como no caso portuário, um traço predominante dessa narrativa é que ela articula o temor a um uso futuro e potencial, sob aparência científica, com a ausência, até o momento, de provas públicas de uso militar ativo ou de denúncias formais por parte dos governos anfitriões.

A evolução do discurso do Comando Sul

O acompanhamento sistemático dos depoimentos anuais do Comando Sul perante o Congresso estadunidense, entre 2010 e 2025, permite traçar com precisão a trajetória desse relato e sua crescente securitização. Em 2010, com o comandante Fraser, a única preocupação explícita era o peso comercial da China como segunda maior usuária do Canal do Panamá. Em 2014, com John F. Kelly no comando, já surgem inquietações sobre investimentos em infraestrutura, incluindo um eventual canal alternativo na Nicarágua, e projetos satelitais. A partir de 2017, sob o comandante Kurt W. Tidd, o discurso se intensifica de forma notória, coincidindo com a adesão do Panamá à iniciativa chinesa da Faixa e Rota e com a abertura da estação de Neuquén. Adverte-se que atividades no espaço, no ciberespaço e nas telecomunicações poderiam representar riscos diretos para a segurança estadunidense, e que o investimento chinês em portos em ambos os lados do Canal do Panamá poderia permitir que forças chinesas ameaçassem rotas marítimas vitais.

Entre 2019 e 2021, com o comandante Craig Faller, o relato se sistematiza. Identifica-se infraestrutura chinesa como ameaça potencial à segurança nacional estadunidense em 25 países da região, catalogam-se os portos e as tecnologias de vigilância como ameaças de uso militar e contrainteligência, e sustenta-se que a China busca estabelecer infraestrutura logística no hemisfério para projetar e sustentar seu poder militar a maiores distâncias. O ponto de maior consolidação ocorre entre 2022 e 2024, com a generala Laura Richardson, que introduz de maneira explícita e sustentada o termo "uso duplo" aplicado a portos, à estação de Neuquén e a redes de telecomunicações, e que, em entrevistas públicas, chegou a afirmar que a maior parte da infraestrutura espacial chinesa em nível mundial se encontra "no meu hemisfério", dentro da área de operações do próprio Comando Sul. Já no início do segundo mandato de Trump, em 2025, o almirante Alvin Holsey reforçou os alertas sobre o Canal do Panamá e o Estreito de Magalhães, apresentados como ameaças concretas à capacidade estadunidense de reposicionamento naval rumo ao Indo-Pacífico, em caso de conflito.

Esse processo de securitização progressiva coincide com um aumento sustentado nas solicitações de recursos para programas de segurança e assistência militar na região.

A cobertura midiática, internacional e regional

O consenso geopolítico sobre o "uso duplo" não permanece confinado a relatórios técnicos nem a audiências legislativas. Projeta-se, de maneira ativa, nos meios de comunicação hegemônicos, que operam como amplificadores do relato. No contexto das tensões em torno do Canal do Panamá no início de 2025, especialistas dos *think tanks* analisados tiveram ampla divulgação.

No jornal *The Washington Post*, expressou-se preocupação com a influência chinesa sobre uma das rotas estratégicas para o deslocamento de navios de guerra estadunidenses em situações de contingência vinculadas a Taiwan; no *The New York Times*, afirmou-se que a China teria utilizado suas operações no canal para coletar Inteligência e realizar espionagem; no *The Wall Street Journal*, celebrou-se o anúncio de compra, pelo fundo de investimento estadunidense BlackRock, dos portos operados pela empresa de Hong Kong CK Hutchison, apresentada como um "retorno da liderança estadunidense no istmo"; e, na agência de notícias Reuters, a mesma operação foi qualificada como uma "grande vitória" que poria fim ao debate sobre a segurança do canal. Pesquisadoras da RAND e do Atlantic Council foram citadas na France24 e na Swissinfo para contextualizar a turnê do secretário de Estado, Marco Rubio, pela América Central, em janeiro de 2025, como parte de uma ofensiva diplomática destinada a frear os avanços chineses em infraestrutura estratégica.

Essa mesma narrativa foi amplificada por meios de comunicação latino-americanos, particularmente nos países com infraestrutura associada a investimentos chineses, reproduzindo e reforçando localmente a leitura securitária produzida em Washington. Na Argentina, a cobertura sobre a base espacial de Neuquén se intensificou em abril de 2024, no contexto de uma visita da generala Richardson ao país e do anúncio de uma possível inspeção técnica do local pelo governo de Javier Milei. Diferentes veículos reproduziram a ideia de que a tecnologia espacial chinesa teria um potencial de uso duplo para tarefas de interceptação e guiamento militar. No Peru, vários veículos replicaram as declarações

de Richardson sobre o possível uso do porto de Chancay por navios de guerra chineses e chegaram a descrevê-lo como, "por sua própria natureza, uma instalação de uso duplo". No Panamá, no início de 2025, veículos regionais difundiram a ideia de que, ainda que não houvesse tropas chinesas fardadas, seria "quase certo" que existisse pessoal militar chinês à paisana em instalações vinculadas ao canal. No Chile, a suspensão do projeto de observatório em Cerro Ventarrones foi coberta sob o mesmo enquadramento de "uso duplo", vinculando o freio governamental a pressões diretas de Washington.

As afirmações mais alarmistas desse circuito midiático costumam vir de veículos vinculados a setores conservadores do exílio cubano na Flórida — como *Diario de Cuba* e *Diario Las Américas* —, que têm instalado a ideia de que Pequim estaria consolidando "uma rede de espionagem hemisférica", a partir de Cuba, para coletar Inteligência contra os Estados Unidos e facilitar um eventual desdobramento militar futuro. Um marco significativo dessa projeção foi a Conferência de Segurança Hemisférica realizada em Miami, em maio de 2025, que reuniu o aparato de defesa estadunidense com consultores políticos e acadêmicos da região para debater os desafios geopolíticos que a presença chinesa na ALC representaria. Essa circulação da suspeita não requer presença midiática constante. Bastam intervenções pontuais em conjunturas de alta sensibilidade geopolítica — como disputas orçamentárias, ciclos eleitorais, tensões diplomáticas — para reativar e renovar o senso comum sobre a ameaça chinesa, dado que são os meios concentrados que fixam a agenda pública.

Uma ameaça performativa

A principal contribuição deste trabalho é mostrar que o relato do "uso duplo" de infraestrutura chinesa funciona como um dispositivo político versátil, mais do que como uma descrição verificada de fatos. Ao converter infraestruturas civis em ameaças potenciais — mesmo sem evidência empírica conclusiva —, essa narrativa transforma indícios e interpretações especulativas, lidas através de uma lente de segurança, em premissas legítimas e acionáveis de política externa. Sua função é dupla. *Para fora*, legitima a projeção preventiva dos Estados Unidos sobre a ALC e reatualiza marcos securitários herdados da Guerra Fria. Com isso, apresenta Washington como garante indispensável da ordem hemisférica, sem necessidade de presença midiática constante, pois bastam intervenções pontuais em conjunturas-chave. *Para dentro*, contribui para justificar aumentos orçamentários e para sustentar a continuidade e a expansão do CIM estadunidense.

Trata-se de uma nova gramática da ameaça que atualiza marcos interpretativos anteriores — o anticomunismo durante a Guerra Fria, a ameaça terrorista e o narcotráfico no Pós-Guerra Fria e, atualmente, a ameaça chinesa —, mas com o mesmo objetivo estratégico de manter a ALC como seu "quintal".

O consenso do "uso duplo" demonstra, além disso, uma notável versatilidade: serve tanto para justificar assistência e cooperação militar quanto para promover restrições ao investimento estrangeiro chinês, ou para fundamentar novas formas de "competição estratégica" no terreno específico da infraestrutura crítica. A reativação de discursos que evocam uma nova Guerra Fria, e a insistência em cenários de conflito ainda hipotéticos, colocam a ALC em uma posição ambígua: entre o risco de se tornar um novo

teatro de confronto entre potências e a oportunidade, sempre disputada, de negociar maiores margens de autonomia regional.

* Este *Panorama EUA* sintetiza e coloca em diálogo os resultados de duas pesquisas publicadas em coautoria: Lajtman, Tamara; Lorenzo, Cristian e Estenssoro, Fernando (2026), "Sospecha estratégica: think tanks estadounidenses y el consenso geopolítico sobre infraestructura china en América Latina"; e Lajtman, Tamara e Romano, Silvina (2026), "Estados Unidos y la manufacturación del consenso geopolítico sobre infraestructura china en América Latina". Recomenda-se sua leitura para aprofundar na evidência empírica, na metodologia e no aparato de citações completo. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

** Revisão e edição: Tatiana Teixeira. Este conteúdo não reflete, necessariamente, a opinião do OPEU, ou do INCT-INEU.

Siga o OPEU no Instagram, Twitter, Linkedin e Facebook
e acompanhe nossas postagens.
Comente, compartilhe, envie sugestões.
Faça parte da nossa comunidade.
Somos um observatório de pesquisa sobre os EUA,
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.